

Estratégias de desenvolvimento regional para a Amazônia pós-1950: lições do passado, possibilidades do futuro

Estrategias del desarrollo regional para la Amazonia pós-1950: lecciones del pasado, posibilidades del futuro

Strategies of regional development for Amazonia pos-1950: lessons of the past, possibilities of the future

Lilian Simone Amorim Brito

Mestrandas do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará - PPGEO
Av. Barão do Triunfo, 2.154
Resid. Antônio Pedreira Carlos Jobim, bloco D, apto. 202
CEP: 66.087-270 - Belém - PA
lilianb@nautilus.com.br

Léa Maria Gomes da Costa

Mestrandas do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará - PPGEO
Av. Barão do Triunfo, 2.154
Resid. Antônio Pedreira Carlos Jobim, bloco D, apto. 202
CEP: 66.087-270 - Belém - PA
lmgc@yahoo.com.br

Resumo: No decorrer da história do crescimento regional pelo qual a Amazônia brasileira tem passado várias foram a estratégias implementadas pelo Estado com vistas a promover seu desenvolvimento sócio-econômico. O presente artigo tem como pretensão fazer uma breve discussão acerca de algumas estratégias de desenvolvimento adotadas pelo Estado na Amazônia brasileira a partir de meados da década de 1950, buscando analisar quais as implicações delas no processo de reorganização sócio-espacial, bem como de algumas estratégias alternativas de desenvolvimento que têm como perspectiva reestruturar economicamente a região, evidenciando cada vez mais os choques de interesses existentes entre o modelo de ocupação exógeno, pautado numa visão externa ao território, e o modelo endógeno, fundamentado numa visão interna do território.

Palavras-chave: Estratégia de desenvolvimento.; Reorganização sócio-espacial; Modelo exógeno; Modelo endógeno.

Resumen: En el transcurso de la historia del crecimiento regional por el cual la Amazonia brasileña ha pasado, varios han sido las estrategias puestas en ejecución por el Estado con miras a la promoción de su desarrollo socio-económico. El presente artículo tiene como pretensión hacer una breve discusión referente a algunas estrategias del desarrollo adoptadas por el estado en la Amazonia brasileña, a mediados de la década de 1950, buscando analizar las implicaciones de ellas en el proceso de la reorganización socio-espacial, así como de algunas estrategias alternativas de desarrollo que tienen como perspectiva reorganizar la región económicamente, evidenciando cada vez que más los choques de intereses existentes entre el modelo de la ocupación exógeno, pautado en una visión externa del territorio, y el modelo endógeno, basado en una visión interna del territorio.

Palabras-clave: Estrategia del desarrollo; Reorganización socio-espacial; Modelo de Exógeno; Modelo endógeno.

Abstract: In the unending of the history of the regional increase to happen in Brazilian Amazonia some strategies of development implemented by the state has as perspective to advance your social-economical. The present article has as perspective to make one briefing discussion concerning some strategies of development implemented by the state in the Brazilian Amazonia from middle of the decade of 1950, searching to analyze which the implications of them in the process of social-spacial reorganization, as well some alternative strategies of development has as perspective to reorganize the region economically, evidencing each time more the shocks of existing interests between the exogenous model of occupation, guideline in a external vision to the territory, and the endogenous model, based on an internal vision of the territory.

Keywords: Strategies of development; Social-spacial reorganization; Exogenous model; Endogenous model.

Introdução

No decorrer da história do crescimento regional pelo qual a Amazônia brasileira tem passado várias foram as estratégias implementadas pelo Estado com vistas a promover seu desenvolvimento sócio-econômico. Neste sentido, pretende-se fazer neste artigo uma breve revisão das estratégias de desenvolvimento adotadas a partir de meados da década de 1950, objetivando analisar as implicações sócio-espaciais decorrentes destas estratégias, bem como de algumas estratégias alternativas de desenvolvimento que têm como perspectivas reestruturar economicamente a região, evidenciando cada vez mais os choques de interesses existentes entre o modelo de ocupação exógeno, pautado numa visão externa ao território, e o modelo endógeno, fundamentado numa visão interna do território.

A ocupação amazônica e as características das estratégias espaciais impostas sobre seu território

O processo capitalista de ocupação do espaço amazônico foi pautado em políticas territoriais formuladas desde a ação do Estado português, as quais tiveram como fundamento o alcance de benefícios por parte de agentes externos, sendo tais benefícios caracterizados pelo melhor acesso e exploração dos recursos naturais disponíveis na região.

Na efetivação deste processo, foi fundamental a estratégia de planejamento estatal, caracterizada como uma ação geopolítica, que possibilitou um melhor domínio territorial.

Desde as origens da ocupação da Amazônia pelos portugueses, que o problema do seu domínio geopolítico sempre esteve em destaque. Por se tratar de um imenso território, até há pouco tempo desprovido de comunicações terrestres com o restante do país, as políticas de sua ocupação sempre procuraram combinar os empreendimentos de exploração econômica com estratégias tipicamente geopolíticas, ou seja, militares em grande medida. (COSTA, 1991, p. 65)

Tal estratégia também é assinalada por Becker (2004).

Como a ocupação regional se fez invariavelmente a partir de iniciativas externas, só a Geopolítica explica como foi possível controlar tão extenso território com tão poucos recursos. [...] o controle do território foi mantido por um processo de intervenção em locais estratégicos – fortes na embocadura do grande rio e de seus principais afluentes –, pela posse gradual de terra (*uti possidetis*) e pela criação de unidades administrativas diretamente vinculadas ao governo central. (*Ibidem*, p. 24)

Registra-se, a partir do emprego da ação geopolítica portuguesa, a primazia de um “pensar” em relação à Amazônia, que não advém daqueles que a habitavam, mas daqueles que dela se apropriaram e que se voltaram à exploração de seus recursos/potencialidades naturais, tal fato tem como conseqüência aquilo que Gonçalves (2001), considera como imagens criadas *sobre* a Amazônia.

A imagem que geralmente se tem a respeito da região amazônica é mais uma imagem *sobre* a região do que *da* região. Essa situação decorre da posição geográfico-política a que a região ficou submetida desde os tempos coloniais. Desde os primórdios de sua incorporação à ordem moderna, desencadeada pelo colonialismo, a região tem sido vista mais pela ótica dos colonizadores do que de seus próprios habitantes. Neste sentido a Amazônia sofre daquelas características típicas de povos/regiões submetidos/as a desígnios outros que não os dos seus próprios habitantes. (*Ibidem*, p. 12)

Tem-se então, no bojo do processo de ocupação colonial da Amazônia, a raiz de dois aspectos fundamentais que caracterizam as estratégias espaciais oficiais voltadas à região até os dias atuais, os quais possuem forte relação de interdependência entre si:

- a) o primeiro relaciona-se ao fato de que o “pensar” sobre a Amazônia se configurou como uma ação de “fora para dentro”, ou seja, ao longo do processo histórico de sua constituição enquanto região, a ação institucionalmente planejada sobre seu espaço foi exercida por elementos exógenos à ela, sendo tal ação pautada em estratégias de ocupação, espoliação e exploração de seus recursos naturais, desconsiderando a população e a dinâmica socioespacial interna da mesma;
- b) o segundo aspecto relaciona-se ao fato de que o Estado sempre se configurou como o principal agente do planejamento, elaborando estratégias geopolíticas de ocupação e controle de seu território, as quais datam desde o período colonial.

Vale ressaltar que a estratégia geopolítica implantada pelo Estado português perdeu durante a constituição do Estado brasileiro, visto que o mesmo fundamentou sua ação sobre a região, preponderantemente, nos postulados de defesa de seus limites territoriais e na concepção da mesma como “reserva de recursos” (GONÇALVES, 2001), para as futuras gerações e, preponderantemente, para a ação do capital.

Somente a partir da década de 1950 é que a região se tornou alvo da implantação de estratégias estatais que visavam o seu desenvolvimento econômico e a sua plena inserção na dinâmica produtiva nacional, sendo marcante na implantação de tais estratégias o fosso existente entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento social.

As estratégias de desenvolvimento regional pós-1950: lições do passado

O processo de apropriação e produção do espaço amazônico, adotado pelo Estado a partir da segunda metade da década de 50, foi pautado em algumas estratégias de modernização da região. Tais estratégias foram viabilizadas através da elaboração e implementação de diversos planos de desenvolvimento e instrumentos políticos, que se encarregaram de materializar no espaço os elementos necessários à promoção de tal desenvolvimento, criados, sobretudo, durante o regime militar: redes de integração do território, superposição de territórios, criação de pólos de desenvolvimento, implantação de grandes projetos etc.

A criação da Superintendência de Manaus, em 1966, a extinção, em 1967, do Banco de Crédito da Amazônia, que sustentava com subsídios as tradicionais elites da região, indicam claramente a mudança da política para a Amazônia. Esclarecem também quem são os novos protagonistas do processo de (des)envolvimento regional: os gestores territoriais civis e militares, o grande capital nacional e internacional, As elites tradicionais da região, sobretudo as ligadas ao extrativismo, ficam marginalizadas. (GONÇALVES, 2001, p. 95)

De acordo Gonçalves (*op. cit.*, p. 114), a região amazônica, até então, era marcada por um processo de organização sócio-espacial centrado no modelo rio – várzea - floresta, o qual será alterado visando a redefinição do papel da região na contexto econômico nacional.

A partir da década de 60, gradativamente a região passou a sofrer uma aceleração da exploração de seus recursos naturais, com vistas a contribuir decisivamente para a receita fiscal do país, através do aumento de suas exportações. Em virtude da necessidade do Estado intervir mais diretamente na economia, várias empresas foram incentivadas a instalarem-se na região, em especial as mineradoras, que foram atraídas por meio de uma série de incentivos e isenções fiscais, fato que alterou rapidamente a organização do território fazendo surgir um novo padrão de ocupação centrado no modelo estrada – terra-firme – subsolo.

O Estado passou a ser o maior interventor da economia, pois se acreditava que a eficácia dos processos de modernização regional centrava-se no desenvolvimento de políticas públicas capazes de racionalizar a aplicação de capitais na região. Nessa perspectiva, foi criado o primeiro Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA), efetivado em 1955, cujo objetivo principal era

a indicação da necessidade de realização de diversas obras públicas. Dentre elas, a construção da rodovia Belém-Brasília, pela Rodobras, que estabeleceu a primeira ligação terrestre permanente entre a Amazônia Oriental e o sul do país, com importância determinante na reestruturação espacial da Amazônia Oriental brasileira. (COELHO *et alli.*, p. 661)

A partir de 1964, como decorrência do golpe militar, o Estado nacional ampliou cada vez mais suas ações, desencadeando novas estratégias de desenvolvimento e modernização na Amazônia, o que intensificou o processo de reestruturação sócio-espacial da região, em especial na sua porção oriental.

Como principais pilares desta estratégia, destacam-se: os projetos de colonização dirigida pelo Estado, com vistas a “ocupar” a região; a ampliação dos incentivos fiscais, para os quais a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e o Banco da Amazônia – BASA tiveram papel preponderante; além de investimentos estatais voltados para o reconhecimento das potencialidades da região, através de levantamentos de dados de suas características físicas, no que foi fundamental o Projeto Radam-Brasil e a atuação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

No início da década de 1970, foi lançado o Plano de Integração Nacional (PIN), que de acordo com Coelho (2003, p. 662), tinha como objetivo principal “a necessidade

de integração entre a Amazônia e o Nordeste brasileiro e incentivar a produção agrícola na Amazônia voltada para o mercado externo”.

Na elaboração do PIN, tem-se claramente formulada a estratégia governamental de inserção da Amazônia ao contexto nacional, servindo como espaço de expansão econômica e de atrativo populacional, deslocando o eixo migratório do sentido Nordeste-Centro-Sul para a Amazônia com o intuito de aliviar as tensões sociais, principalmente no Nordeste, região historicamente marcada pela concentração fundiária e por problemas sociais, indistintamente, associados à seca.

A construção da rodovia Transamazônica e a apropriação federal das terras localizadas ao longo de seu percurso com o intuito de promover o assentamento de famílias, em especial camponeses nordestinos, foi o principal marco dessa estratégia de desenvolvimento regional implantado pelo governo militar, o que acelerou e intensificou o processo de reestruturação sócio-espacial da região, cujo padrão de ocupação passou a privilegiar os eixos rodoviários, ao longo do qual se originaram vários povoados.

Sob a estratégia de “alargamento das fronteiras econômicas internas do país”, o programa definiu uma série de medidas agressivas em relação à Amazônia. A construção da Rodovia Transamazônica, ligando o Nordeste ao extremo-ocidente da Amazônia, transformou-se no símbolo deste programa e das transformações recentes da região. Além dela também foi construída a Cuiabá-Santarém que, ao lado das rodovias já existentes, compunham a estrutura básica de circulação dentro do projeto de “integração nacional”. (COSTA, 1991, p. 68)

Em meados da década de 70, o Estado começou a evidenciar seus reais interesses para a região através do abandono do modelo de ocupação dirigida e do fortalecimento de projetos que necessitavam de grandes investimentos de capitais, marginalizando cada vez mais a estrutura camponesa no contexto da economia regional.

Partindo do princípio de que apenas o grande capital poderia garantir o sucesso de tais políticas, dada à grandiosidade dos projetos e a necessidade de elevados investimentos, o governo federal passou a incentivar a implantação de grandes empresas na região, através da concessão de incentivos fiscais.

[...] o capital financeiro e industrial, que chega a partir dos anos sessenta e setenta, era de grande porte. Era aquele capital que podia se aventurar por grandes distâncias além de seu lugar de partida. Tinha uma forte tendência para o grande monopólio. Geralmente já era grande antes de chegar à região. A magnitude desses capitais implicava que não deixassem muita margem para o insucesso ou para o acaso. Seus proprietários não têm nada de familiar, sendo, via de regra, sociedades anônimas que como tal, atuam com a objetividade impessoal dos números, expressos numa contabilidade cuja diferença é o lucro indiferente à realidade social e ecológica da região. (GONÇALVES, 2001, p. 115)

Esse processo de planejamento e execução de políticas de desenvolvimento regional brasileiro (1960-1970) foi pautado no paradigma denominado ‘de *Cima para Baixo*’ ou ‘*Centro-Periferia*’, cujo pressuposto parte do princípio de que

o crescimento se inicia, de forma espontânea ou programada, a partir de alguns setores dinâmicos e aglomerados geográficos (pólos de desenvolvimento), onde se identificam condições favoráveis de competitividade dinâmica, e se difunde, posteriormente, para os demais setores e áreas do país. Segundo este paradigma, as potencialidades de crescimento econômico de uma área periférica (não localizada nos centros mais desenvolvidos do país) dependem de se detectarem recursos (em geral, naturais renováveis ou não-renováveis) que esta área disponha para estimular a organização de uma base de exportação para outras regiões do país ou do exterior, a partir de transferências de capital e tecnologia, e de investimentos de infra-estrutura, visando explorar suas vantagens competitivas inter-regionais. (HADDAD, 1994, p. 343)

Neste bojo é criado o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia – POLAMAZÔNIA (1974), através do qual o governo federal selecionaria as áreas em que seriam concentrados grandes investimentos financeiros e infra-estruturais capazes de moderar e desenvolver a região, especialmente em termos de produção mineral, cujo principal pólo de exportação era o “Pólo Carajás” (PA).

No início da década de 80 o governo brasileiro e a Companhia Vale do Rio Doce – CVRD, deram início à implantação do Projeto Ferro Carajás, destinado sobretudo à exploração do minério de ferro. Esse projeto era parte integrante do Programa Grande Carajás – PGC, através do qual o Estado pretendia concentrar ainda mais os investimentos financeiros e infra-estruturais visando a ampliação das exportações de matérias-primas minerais, visto que de acordo com o paradigma *‘centro-periferia’* o crescimento das economias regionais dependeria da intensidade com que estivesse em operação um ou mais grandes projetos de investimentos.

Ainda de acordo com Haddad (1994), a preocupação específica com os grandes projetos de investimentos se deve, em grande parte, aos enormes custos diretos e indiretos de danos ao meio ambiente e ao processo de desenvolvimento sócio-econômico das áreas em que foram implantados, tendo como principais razões para tais preocupações:

- a) do ponto de vista político, a maioria destes projetos foi concebida e implementada durante um período de autoritarismo político no qual os grupos mais afetados pelos danos sociais e ecológicos não tiveram oportunidade de manifestar suas críticas, propostas ou dissidências;
- b) do ponto de vista social, muitos destes projetos ocorreram numa etapa histórica, na qual a consciência ecológica ainda não estava presente como força contestatória junto à opinião pública nacional;
- c) do ponto de vista técnico, registra-se que, na análise e avaliação destes projetos para fins de financiamento, não se incorporavam, nos seus fluxos de caixa, os custos sociais e ecológicos de sua implantação e operação, visando obter algum critério de investimento que calculasse a rentabilidade social dos projetos, incluindo as suas externalidades (impactos ambientais). (*Ibidem*, p. 345)

Como decorrência dessas razões, vários são os exemplos de problemas sócio-ambientais gerados por esses grandes projetos, tais como os enormes desmatamentos, poluição de rios, extinção de espécies vegetais e animais, redução da biodiversidade, esgotamento de reservas extrativistas, mudança nas relações de trabalho, desestruturação de diversas atividades produtivas,

aumento do desemprego e subemprego, intensificação dos conflitos fundiários, dentre outros que há muito já vêm sendo bastante discutidos em âmbito local, nacional e internacional, os quais, na concepção de Gonçalves (2001), geram uma sensação de desordem e caos.

Temos observado nos últimos anos a tentativa de se construir uma nova imagem da Amazônia: a de “desordem ecológica e social”. O que gostaríamos de sugerir é que o que temos hoje é a manifestação na Amazônia de diferenciadas ordens, de múltiplas lógicas que durante séculos foram encobertas e que agora se apresentam ao debate público com viva voz, sem intermediários. Na verdade, a Amazônia vive hoje uma clara crise de hegemonia. (*Ibidem*, p. 119)

O fim do regime militar e as estratégias de desenvolvimento regional para a Amazônia: possibilidades do futuro

Como decorrência do fim do regime militar, em meados da década de 80; da promulgação da Constituição de 1988 e da pressão social acerca dos enormes impactos causados na região pelos grandes projetos, o PGC acabou sendo extinto.

No plano político-fiscal, os estados federados passaram a poder tributar a comercialização de produtos minero-metalúrgicos e os municípios, cujas minas localizam-se em seus territórios, passaram a receber *royalties*, uma forma de compensação financeira devido à exploração mineral. Essas medidas foram possíveis em função das mudanças propostas na nova Constituição, através da qual se redefiniu o papel dos entes da federação, reduzindo-se o papel da União que repassou algumas de suas responsabilidades para os estados e municípios.

De acordo com Costa (2004), o Estado nacional passou a ter necessidade de considerar as mudanças em curso derivadas do acelerado aprofundamento do particular sistema federativo brasileiro, o que evidenciou o complexo arranjo de repartição político-territorial do poder nacional, isto porque: “1) Reduziu a importância da União; 2) Revalorizou os papéis dos estados; 3) introduziu a singular autonomia aos municípios”.

Desta forma, fenece a concepção de ordenamento territorial como uma rede de controle hierarquizada, rígida e unidirecional do Estado no território, minimizando-se a função do planejamento.

Partindo desse suposto, alguns estados e municípios passaram a procurar

[...] caminhos alternativos para a adoção de um estilo de planejamento que pudesse instrumentalizar propostas para as suas administrações equacionarem soluções articuladas dos problemas de desenvolvimento no médio e no longo prazos. Visando ampliar e diversificar sua base produtiva ou modernizar suas estruturas tecnológicas, algumas unidades da federação e muitos municípios de diferentes portes estimularam a formação de novos pólos de desenvolvimento como sustentáculo de uma política de renda e de emprego para sua população. (HADDAD, 1994, p. 350)

As alterações na Constituição brasileira foram diretamente influenciadas pela dinâmica internacional, decorrente das crises econômicas da década de 80, a partir das quais foram

impostos novos modelos de desenvolvimento pautados na “liberalização da economia” e implantação de “ajustes estruturais” através dos quais se instituiu a redução das barreiras alfandegárias, a retração da tributação e a redução da participação do Estado na economia, privatizando-se grande parte das empresas estatais, utilizando-se como justificativa as fortes pressões para o pagamento da dívida externa.

Com base nestes preceitos, foram adotadas novas diretrizes em relação ao planejamento regional, sendo elaborados os Programas “Brasil em Ação” (1996-1999) e “Avança Brasil” (2000-2003), que sintetizam as “novas” estratégias de integração e desenvolvimento gestadas pelo governo federal no contexto dos anos 90, os quais centram-se em

“eixos estruturadores de integração nacional e internacional”, concebidos como alternativas para articular diferentes regiões entre si. Esses eixos assumem a forma concreta de vias de transporte de longa distância que possibilitariam “acesso a mercados e a melhorar a capacidade competitiva dos sistemas econômicos regionais”. (BRASIL, 1997, *apud* COELHO, 2003, p. 657)

De acordo com o discurso oficial, esses planos tinham como cerne a redução do custo de transporte, medida esta que contribuiria para a diminuição dos custos de exportação ou de importação de mercadorias, fazendo com que melhorasse a capacidade competitiva dos sistemas econômicos regionais, tendo por base “a estabilidade econômica, a abertura econômica e a recuperação da capacidade executiva do Estado”. (GONÇALVES, p. 121)

Denota-se a adoção de um novo modelo de desenvolvimento, voltado para a produção, que deverá propiciar a materialização de projetos de infra-estrutura, necessários ao crescimento econômico. Dentro da atual ótica do Estado, estes investimentos deverão ser divididos com a iniciativa privada, servindo-se dos processos de concessão e privatização dos serviços públicos. [...] Tal programa foi concebido de modo a promover o desenvolvimento auto-sustentado e reduzir as disparidades regionais, mediante ações que propiciem a criação de empregos, principalmente através do investimento privado, nacional ou estrangeiro. (FADESP, 1999 *apud* GONÇALVES, 2001, p. 121)

Esta estratégia de desenvolvimento mais uma vez resgata e fortalece o modelo exógeno das políticas públicas.

[Sendo o mesmo] baseado numa visão externa ao território, que afirma a soberania, privilegiando as relações com as metrópoles, e implementado por uma geometria de redes – vias de circulação e núcleos urbanos [...]. O interesse nacional também resgata o modelo exógeno baseado em redes físicas, através do Programa Avança Brasil. (BECKER, 2001, p. 158)

No entanto, este mesmo cenário que propiciou o resgate das diretrizes do modelo exógeno, expresso nos Programas “Brasil em Ação” e “Avança Brasil”, também evidenciou a luta desencadeada pelos diversos grupos locais, através dos movimentos de resistência à expropriação da terra, bem como dos grupos ambientalistas nacionais e internacionais, que propuseram a criação de corredores ecológicos com vistas à ampliação da proteção ambiental.

Neste contexto, Becker (*op. cit.*, p. 143) afirma que

alterou-se o significado da Amazônia com uma valorização estratégica de dupla face: a da sobrevivência humana e do capital natural, sobretudo as florestas, a megadiversidade e a água [...]. Configura-se, então, uma forte disputa entre as potências pelo controle do capital natural da região, ao mesmo tempo em que movimentos sociais pressionam por sua preservação. Tais forças encontram terreno fértil para ação na região, graças às mudanças estruturais geradas pelas políticas públicas anteriores e pelas lutas sociais, sobretudo a conectividade, a urbanização e a organização da sociedade civil em movimentos e projetos alternativos.

Baseado em Vázquez Barquero (2001, p. 49), deve-se entender por desenvolvimento endógeno o processo de crescimento e de mudança estrutural no qual “a organização do sistema produtivo, a rede de relações entre atores e atividades, a dinâmica de aprendizagem e o sistema sócio-cultural” são determinantes no processo de mudança.

Na Amazônia o desenvolvimento de projetos alternativos, de cunho conservacionista, tem sido marcado pela busca de novas territorialidades por parte dos diversos grupos sociais que resistem à expropriação.

Entre tais projetos destacam-se os de conservação das reservas naturais e projetos comunitários alternativos, que têm como cerne a demarcação de Terras Indígenas e de Unidades de Conservação (UCs) de vários tipos, tais como as Reservas Extrativistas (Resex) – definidas a partir das lutas dos seringueiros.

Apesar da fragilidade no controle, vigilância e conservação das áreas destes projetos, no que se refere ao combate à invasão e exploração indevida dos seus territórios, tais projetos tem implementado um novo padrão de desenvolvimento na região.

O Brasil e o mundo têm, hoje, a oportunidade de conhecer outras perspectivas que emanam do interior da floresta, dos ramais, das picadas, dos *travessões* daqueles que dispõem de um saber até aqui desqualificado, mas que ganha direito de cidadania em função de novas dimensões que o conhecimento adquire para o futuro da humanidade no processo de reorganização societário em curso. (GONÇALVES, 2001, p. 126)

Os modelos de desenvolvimento regional alternativos são fundamentados no paradigma “de *Baixo para Cima*”, centrados nos esforços endógenos, ou seja, numa visão interna do território, desenvolvida pelas comunidades locais, visando à promoção do seu desenvolvimento sócio-econômico e à introdução de inovações organizacionais para a solução de problemas tradicionais nas áreas das políticas públicas, que de acordo com Haddad (1994) levam em consideração os seguintes aspectos:

- a) os empreendimentos a serem incentivados são de pequena e média escalas, formando um espaço onde novos empresários possam exercer a prática e o aprendizado da moderna economia de mercado;
- b) os empreendimentos podem constituir-se em atividades autônomas na relação direta com o mercado consumidor ou se estabelecer numa multiplicidade de arranjos com grandes empresas que vão desde a subcontratação, passando pelos licenciamentos e concessões;

c) [...] não bastam os incentivos financeiros [...], é indispensável que haja um sistema de assistência técnica organizado visando apoiá-los na solução de problemas de natureza gerencial, de mercado, de produção, de tecnologia, de natureza fiscal e trabalhista, de natureza financeira [...]. (*Ibidem*, p. 349)

Como se pode perceber, as diversas políticas públicas implantadas na Amazônia evidenciam alterações na dinâmica de organização do espaço mundial, nacional, regional e local, externalizando o choque de interesses dos vários grupos sociais que historicamente atuam no processo de construção e reconstrução da organização socioespacial desta região no contexto das lutas por suas territorialidades, refletindo os divergentes interesses gestados pelos modelos exógenos e endógenos de apropriação e uso do seu território.

Considerações Finais

Verifica-se que, na busca do desenvolvimento econômico, o recente planejamento voltado para a Amazônia aperfeiçoou práticas antigas, de cunho colonial, que têm como cerne a ampliação da exploração dos recursos naturais disponíveis na região.

Se, do ponto de vista político e econômico, o objetivo maior das estratégias governamentais foi alcançado: a Amazônia foi efetivamente integrada à dinâmica econômico-produtiva nacional. Do ponto de vista socioespacial, o “preço pago” foi muito elevado: danos ambientais de diversas ordens e escalas, ocupação desordenada, favelização, aumento da pobreza, ampliação de conflitos sociais, elevação do desemprego e subemprego, e, principalmente, a exclusão da população local no que tange às decisões tomadas sobre o “destino” da região.

Práticas de resistência têm demonstrado que há alternativas para essa condição, mas faz-se necessário a ampliação da escala de suas ações e do poder de suas intervenções, para que, efetivamente, a sociedade civil organizada possa ter poder de decisão frente aos planejamentos governamentais que se impõem sobre a região.

Faz-se cada vez mais necessário e urgente a adoção de modelos de desenvolvimento que busquem aliar desenvolvimento, crescimento econômico e a ampla redução dos impactos ambientais com vistas a solucionar, ou ao menos amenizar, velhos e recentes problemas socioespaciais e ambientais da região, o que tem se colocado como um enorme desafio: extrair lições dos percalços gerados pelas estratégias de desenvolvimento implantadas no passado e vislumbrar novas perspectivas que apontem possibilidades futuras para a gestão da complexa realidade amazônica.

Referências

BECKER, Bertha K. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BECKER, Bertha K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? In: *Parcerias Estratégicas*, n. 12. Setembro, 2001, p. 135-158.

BOSIER, Sérgio. Política econômica, organização social e desenvolvimento regional. In: HADDAD, Paulo. R. *et alli. Economia Regional: teorias e métodos de análise*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil. s/d, p. 589-694.

CARLEIAL, Liana M. da F. Sistemas regionais de inovação (SRI) e relação entre firmas: as “pistas” para um formato de desenvolvimento regional. *Revista Econômica do Nordeste*. Fortaleza, v. 28, n. especial, p. 143-168, julho 1997.

COELHO, Maria Célia N. *et. alli.* Estratégias de modernização na Amazônia e a (re)estruturação de municípios: o caso da implantação de empresas minero-metalúrgicas e de energia elétrica. In: GONÇALVES, M. F. *et. alli.* (Orgs.). *Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional*. São Paulo: Ed. UNESP: ANPUR, 2003, p. 657-694.

COSTA, Wanderley. M. da. Subsídios para uma Política Nacional de Ordenamento Territorial. In: *Oficina para uma política nacional de ordenamento territorial*. Brasília, 2004.

COSTA, Wanderley. M. da. *O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1991.

GONÇALVES, Carlos Walter P. *Amazônia, Amazônias*. São Paulo: Contexto, 2001.

HADDAD, Paulo. R. os novos pólos regionais de desenvolvimento no Brasil. In: VELLOSO, J. P. dos R. *A construção da modernidade econômico-social*. Rio de Janeiro: João Olympio, 1994, p. 334-372.

SANTOS, Milton. Difusão de inovações ou estratégia de vendas? In: _____. *Economia espacial: críticas alternativas*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2003, p. 41-67.

RODRIGUES, Octávio. A Concepção do sistema centro-periferia. In: _____. *Teoria do Subdesenvolvimento da CEPAL*. Rio de Janeiro: Ed. Forense-Universitária, 1981, p. 31-50.

VÁZQUEZ BARQUERO, Antônio. *Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

